

livros

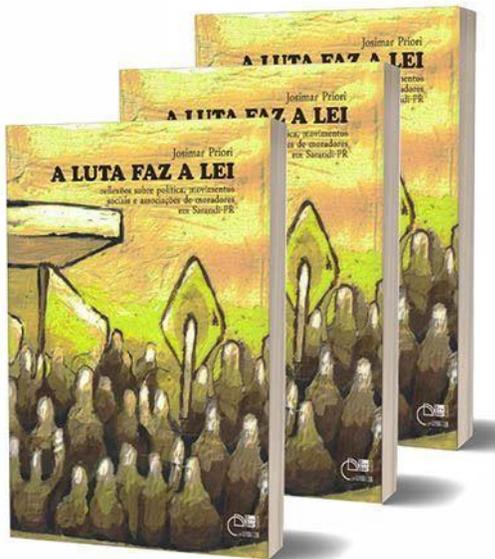
PRIORI, Josimar. *A luta faz a lei: reflexões sobre política, movimentos sociais e associações de moradores em Sarandi-PR*. Maringá-PR: EDUEM, 2017.

PREFÁCIO

Dar voz aos sujeitos ligados aos movimentos populares, em especial a associações de moradores e compreender os padrões de atuação que marcam o campo democrático-popular do município de Sarandi são objetivos do livro de Josimar Priori. De saída estabelece dois desafios no campo da produção acadêmica difíceis de serem vencidos: demonstrar como atores políticos dispersos e pouco articulados adquirem protagonismo diante de desafios diversos e tratar de elementos da luta política em um pequeno município do interior do Paraná.

O autor reconhece o desafio logo nas primeiras páginas de seu manuscrito ao demonstrar a existência de uma discriminação regional na qual o Sarandi aparece como ‘cidade dos pobres’, com alto índice de violência e que ‘produz’ trabalhadores para a dinâmica econômica de Maringá. A principal característica disseminada seria então de cidade dormitório, sem vida própria, na dependência do polo.

Sarandi faz parte, desde 1998, da Região Metropolitana de Maringá. Em muitas produções acadêmicas sobre o tema o foco tem sido a segregação socioespacial intermunicipal, que demarca o fato de a cidade polo da região apresentar índices de renda, de incremento econômico, de organização institucional, de demografia, habitação e violência bastante diferenciados daqueles dos demais municípios. É fato que, desde a sua implantação, os



processos de segregação socioespacial foram os definidores de uma espacialidade que se caracteriza por este perfil, especialmente na área conurbada formada por Maringá, Sarandi e Paiçandu.

Obras produzidas por pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá têm dado conta de explicitar e denunciar os desequilíbrios intermunicipais e Priori dá um passo adiante ao iluminar processos de luta e resistência dos segmentos populares sarandienses.

Na construção de seu texto Priori se apoia, entre outras produções, na obra basilar de Eder Sader “Quando novos personagens entram e cena”, de 1988, na qual aponta a presença de novos atores na cena política brasileira, que constroem resistência em espaços não exclusivos do mundo do trabalho e baseada nas diferentes experiências de vida em lugares e vivências plurais, como o bairro, a experiência de ser mulher, negro, ou homossexual.

O ponto de partida da obra de Sader está fincado nos anos de autoritarismo, que se seguiram ao golpe militar de 64. À

época, registrou-se, de um lado, a retração de qualquer forma de participação associativa, desde o movimento operário e estudantil até o de associações de caráter comunitário. Por outro lado, a partir do momento em que a sociedade amadureceu a necessidade de resistência ao regime de exceção dos anos 70, os espaços alternativos de discussão e organização da população começaram a ganhar expressão.

Nos meios acadêmicos os estudiosos passaram a dar atenção a essa forma de organização da população, que ocorre fora dos espaços tradicionais de articulação como os partidos e os sindicatos. Uma literatura bastante ampla surgiu abordando o que passou a ser chamado de “novos movimentos sociais”.

À maneira das experiências narradas por Priori, as lutas descritas por diversos autores se fazem a partir dos bairros pobres e improvisados, envolvendo um cotidiano de dificuldades como o precário fornecimento de água, luz e serviços urbanos básicos. Na mediação e articulação dos embates, há a presença da Igreja Católica, de grupos de mulheres, associações de moradores e partidos políticos.

A luta pela redemocratização do Brasil se somou à reivindicação dos movimentos sociais por maior participação nas tomadas de decisões requerendo, para isso, a criação de instituições participativas e de debates públicos. O confronto polarizado entre os movimentos sociais e as forças governamentais, no contexto da nascente democracia, foi sendo substituído por diversas formas de mediação e espaços de negociação/confronto. Muitas das lideranças populares ascenderam aos

espaços institucionais de poder, como assembleias legislativas e mesmo do poder executivo. O diálogo se estabelece gradativamente, mas não deve ser encarado apenas numa perspectiva de ganho para o campo democrático-participativo já que são inúmeros os momentos de cooptação de lideranças populares nessa trajetória recente.

Parte da literatura contemporânea sobre o tema rompe com a visão maniqueísta que contrapunha Estado e sociedade e aponta para uma relação menos dicotomizada e marcada por algumas sinergias. Autores como Evelina Dagnino, Adrian Laval, Gabriel Feltran e outros, que fazem parte do referencial teórico de Priori, apontam que o ponto focal do debate é o entendimento de que não há um comportamento homogêneo dos grupos que compõem a sociedade civil ou dos agentes estatais.

A heterogeneidade e complexidade compõem a construção dos canais da participação e de comunicação entre governados e governantes. São, comumente, constituídos por uma história política marcada por processos que ora apontam para princípios de universalização e ampliação de direitos, ora para políticas distributivas, focadas em grupos específicos, que garantam retornos imediatos a carreiras/partidos que atuam no campo da democracia representativa.

A partir desses sujeitos sociais, herdeiros da tradição dos movimentos sociais que os colocam como construtores de um projeto político do campo democrático-participativo, percebe-se a noção de projeto político, entendido como uma matriz política, social e cultural que orienta a ação. Nesta leitura, os movimentos sociais continuam exercendo papel central na

sociedade civil, assumindo um novo patamar como organização societária chamada por autores como Lavalle, de articuladoras - um conjunto de entidades constituídas por outras associações ou entidades civis – o que seria o caso da União Sarandiense das Associações de Moradores (Unisam).

O texto aponta a presença de diferentes formatos de atuação na busca de soluções para os problemas dos bairros de Sarandi vinculados à Unisam, atuação essa que implica num desdobramento em ora estabelecer parcerias com o governo municipal, rechaçando o conflito, e ora lançando mão de movimentos de confronto aberto. Há ainda uma terceira configuração, que o autor denomina de *seleção estratégica*, que é a reunião de elementos de campos políticos distintos, e que reúne ações mais combativas ou mais conciliadoras. Afirmar também que “as diferentes referências são acessadas como se fizessem parte de um estoque amplo e composto por diversas modalidades de estratégias. Da mesma forma, diferentes mediadores políticos são mobilizados conforme a conveniência”.

As experiências relatadas apontam a ampliação dos espaços participativos e a superação da dicotomia entre democracia formal e inclusão social. Em paralelo ao modelo hegemônico, multiplicam-se as experiências de democracia ampliada, que têm como protagonistas grupos sociais subalternos, organizados em movimentos sociais e agentes que se encontram presentes na esfera estatal, cuja proposta política é a de facilitar a superação do modelo vigente. O que unifica os discursos é a crença de que o formato propulsor de uma “democracia de mais alta intensidade”, como afirma

Boaventura de Souza Santos, terá eficácia a partir do poder local.

Como Priori afirma, as ações na construção de um projeto democrático-participativo são herdeiras da tradição dos movimentos sociais e está sustentada na noção de direitos a ter direitos. É uma pesquisa a partir do oprimido, dos que se encontram em uma posição social dos dominados. As experiências acumuladas desembocaram, nos anos 2000, na articulação de uma candidatura vencedora do pleito à Prefeitura Municipal de Sarandi, tendo à frente o Partido dos Trabalhadores. Ocorre então a aproximação entre as arenas políticas do campo institucional e do campo da mobilização popular.

Josimar conhece a realidade pesquisada, foi sujeito ativo em várias das lutas relatadas e às vezes se mimetiza com seus entrevistados. Um de seus méritos está em não tratar seus interlocutores como “objeto que fornece dados” mas parceiros de luta, e o desenho da pesquisa buscou estabelecer uma relação social com o sujeito pesquisado que lhe permitisse mergulhar em sua vida, seus dramas, suas vitórias e derrotas, suas vidas e visões de mundo.

No drama das torneiras vazias relata o impacto na vida daqueles que sofrem com a falta d’água. Descreve como o fato atinge todas as dimensões da vida de cada sujeito: se faltou água, não tem como fazer nada, como afirma o depoente Joel.

Se não bastassem as dificuldades cotidianas enfrentadas pela população da periferia e as relações intermunicipais assimétricas com a cidade de Maringá, o ano de 2009 foi marcado com a polêmica negociação entre os prefeitos Martini e Barros (PP), correligionários políticos, de despejar o

lixo doméstico de Maringá no aterro sanitário de Sarandi. A resistência “em transformar Sarandi no lixão de Maringá” iniciou com o Comitê de Luta contra a vinda do Lixo, com a reunião da Unisam, partidos de esquerda e grêmios estudantis. O texto de Piori aponta o sucesso da movimentação popular.

A riqueza da narrativa dos episódios de resistência conduz o leitor a um acontecimento da macro política e de grande impacto institucional que é o processo de cassação, em 2010, do então Prefeito Milton Martini. O edil foi acusado de desgoverno, de irregularidades na administração recém iniciada e de corrupção. O texto aponta a existência de articulação entre conjuntos distintos de sujeitos sociais, com projetos políticos divergentes, bem como interesses diferentes com relação ao fato. Por meio dos depoimentos, percebe-se que a pressão ocorreu em parte pela mobilização popular, via associações de moradores e partidos políticos do espectro de esquerda como PT e PSTU e, de outro lado a partir de interesse do grupo vinculado ao então vice-prefeito em ocupar o poder. Os vereadores foram pressionados por

ambas as frentes e, efetivamente ocorreu a cassação do prefeito, que foi substituído pelo vice.

A participação popular, nas atuais dimensões, tem sua trajetória marcada por escolhas de múltiplos repertórios de protestos/comunicação e negociação, e pelas idas e vindas no acúmulo de conquistas. O momento final da cronologia abordada pelo texto mostra o refluxo para o campo democrático popular ocorrido nos últimos anos e um dos pontos marcantes é a não eleição de qualquer vereador do campo popular no pleito municipal de 2012.

A rica experiência de participação popular desvendada pelo texto de Piori não encerra por aqui e sua leitura nos instiga a ficarmos atentos e com os olhos voltados para os próximos capítulos das lutas populares sarandiense.

Celene Tonella

Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e professora associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá.